



itapebi
GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ No. 02.397.080/0001-96

NIRE No. 29300024228
CVM nº 01936-4

COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003.

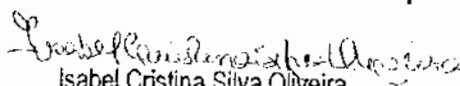
Aos dois dias do mês de setembro do ano de 2003, às 11:00 horas, na sede social da empresa, situada na Avenida Edgard Santos nº 300 – Bloco A – 2º andar (parte), na Cidade de Salvador, BA, reuniu-se o Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A. (a “Companhia” ou “Emissora”), com a presença dos seus membros que, nos termos da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2002, decidiram, por unanimidade, o que segue a respeito da 1ª emissão, para distribuição pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única, da espécie subordinada da Companhia (a “1ª Emissão”): 1) Homologar, com relação à 1ª Emissão, a taxa pré-fixada de juros remuneratórios, apurada em processo de bookbuilding realizado em 21 de agosto de 2003, de 12,5% (doze vírgula cinco) ao ano, que irá compor a remuneração das Debêntures para o primeiro período de remuneração a se iniciar na data de subscrição das Debêntures e encerrar em 01 de julho de 2004; 2) Alterar as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, que passam a ser as seguintes: (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo valor global ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, se for cancelado ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência; (b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora; (c) liquidação ou decretação de falência da Emissora; (d) não pagamento, pela Emissora, do valor nominal, da remuneração, das amortizações e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas na Escritura, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva data de vencimento; (e) falta de cumprimento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 5.1 da Escritura não sanada no prazo estabelecido na Cláusula 3.2.5.(b) do Contrato de Administração de Contas anexo à Escritura; (f) falta de cumprimento pela Emissora das demais obrigações previstas na Escritura no Contrato de Administração de Contas anexo à Escritura, no Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão anexo à Escritura, ou no Contrato de Compartilhamento de Garantias anexo à Escritura, não sanadas em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; (g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias previstas na Escritura; (h) vencimento antecipado do Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BB-1947/2001, celebrado em 23 de novembro de 2001 entre a Emissora, o Banco do Brasil S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Itaú S.A. e o Banco BNL do Brasil S.A., com interveniência da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA e/ou do Contrato de Financiamento Abertura de Crédito nº 01.2.375.3.1, celebrado em 23 de novembro de 2001 entre a Emissora e o BNDES, com a interveniência da COELBA; (i) alienação, total ou parcial, das ações



itapebi
GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

representativas do capital social da Emissora, por qualquer um dos acionistas controladores da mesma, exceto para pessoas, físicas ou jurídicas, controladas, controladoras, sujeitas a controle comum de tais sociedades ou entre tais sociedades; (j) extinção ou perda pela Emissora da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão nº 37/99, datado de 28.05.1999, celebrado entre a Emissora e a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, referente à exploração do potencial hidráulico do AHE Itapebi; (k) vencimento antecipado ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado em 08 de novembro de 2002, conforme seus aditivos nºs 1, 2 e 3 celebrados, respectivamente, em 25 de março de 2003, 26 de março de 2003 e 28 de abril de 2003, através do qual a Emissora obrigou-se a vender à COELBA e esta obrigou-se a comprar da Emissora 1.721.340 MWh/ano de energia elétrica (doravante denominado "CCVE"); (l) a não apresentação ao Agente Fiduciário, pela Emissora, do CCVE no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da rescisão ou vencimento antecipado do contrato de compra e venda de energia anterior, em termos considerados satisfatórios por debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação; ou (m) não apresentação ou divulgação pelo Conselho de Administração da Emissora, até 15 de maio de 2004, das condições de repactuação de acordo com o disposto na Cláusula 3.16.1 da Escritura. 3) Substituir o Agente Fiduciário da 1ª Emissão que passa a ser a PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.; 4) Aprovar a celebração (i) do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da Itapebi Geração de Energia S.A.", para estabelecer alterações à Escritura da 1ª Emissão em suas Cláusulas I, II (itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.5), III (itens 3.11, 3.13.3, 3.15.3, 3.16.1, 3.21 e 3.22), IV, VI (tem 6.1), VII (itens 7.1, 7.2.1 e 7.4.1) e X; e 5) Fica a Diretoria da Companhia, observadas as regras fixadas no Estatuto Social da Companhia e na Lei nº 6.404/76, autorizada a praticar todos e quaisquer atos indispensáveis à consecução da distribuição pública das debêntures, assim como a assinatura de todos os documentos necessários à execução das deliberações aqui tomadas, inclusive a celebração dos aditamentos à Escritura de emissão das Debêntures, seus anexos e ao contrato de colocação e distribuição das Debêntures. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que foi assinada pelos Conselheiros presentes, Srs. Rosa Maria Garcia Moura – Presidente, Mário José Ruiz-Tagle Larrain – Vice-Presidente, Paulo Roberto Meinerz, Francisco Ney Magalhães Júnior, Pablo Canales Abaitua, e, por mim, Isabel Cristina Silva Oliveira, que secretariei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura. Salvador, 02 de setembro de 2003.

Confere com o original, lavrado no livro competente


Isabel Cristina Silva Oliveira
Secretário